

A síndrome da senha



Nós no mundo
Ricardo Garcia

“No signal”. No ecrã apenas aquela sumaríssima informação em inglês, nitidamente incompatível com uma sala de espera. Nenhuma imagem, nenhum texto, nenhum número. Nem sequer o programa do Goucha.

Na verdade, havia um sinal, sim, mas era o da hecatombe que se abatera sobre o sistema de senhas daquela repartição de Finanças.

Tudo o que eu queria era alterar uma morada. Como parte da família emigrara, era necessário dar disso conhecimento à ministra das Finanças. Trata-se de procedimento de escassa complexidade. Ou pelo menos parecia, até surgir o primeiro impedimento: o Portal das Finanças – nome bom para um restaurante – não aceita códigos postais de além-fronteiras.

“É verdade, não dá”, confirmou uma atenciosa funcionária, quando telefonei para uma linha de apoio aos contribuintes em rota de colisão com a Internet. “Tem de ir a uma repartição de Finanças”.

Aquilo que poderia ser facilmente realizado por via electrónica revestira-se da atemorizante necessidade de “ir às Finanças”. E “ir às Finanças” é um desastre completo em termos económicos, ambientais e de bem-estar, o trinómio da sustentabilidade. Envolve uma deslocação física, via de regra em veículo motorizado, compromete a produtividade do trabalho e submete o cidadão à angustiante “síndrome da senha”, que acelera os batimentos cardíacos à medida que o número chamado se aproxima do tirado, ou mais ainda quando alguém passa à frente dizendo: “É só para pedir uma informação”.

Naquela repartição em particular, a arritmia do contribuinte começa no momento em que é preciso carregar num botão para tirar a senha. Além de cinco opções, há uma boa dezena de papéis

colados improvisadamente um pouco por todo o lado, com uma fascinante diversidade de complicações.

Num quadro informativo, na parte referente às senhas A está uma instrução para as senhas E. Ao lado da informação sobre as senhas E, estão esclarecimentos sobre o parcelamento do IMI. Um pouco mais acima, informa-se que a isenção de taxas moderadoras deve ser pedida através de um endereço na Internet de imediata memorização: <http://min-saude.gov.pt/portal/conteudos/informacoes+uteis/taxas+moderadoras/requerimento+isencao.htm>.

Felizmente, num aviso carregado de negritos encontrava-se o que se impunha para uma alteração de morada: “Tirar a senha B e informar a mesa 1 para ser atendido antes. Se esta mesa 1 estiver encerrada, será atendido pela ordem normal da senha”. Isto é, a possibilidade de estar despachado mais cedo é inversamente proporcional ao número de vezes que o funcionário da mesa 1 vai à casa de banho.

Fui atendido, e bem, mas sem sucesso. O “sistema” estava em baixo e, além disso, era preciso uma autorização da minha mulher, que se encontrava a 2000 quilómetros de distância. Uma semana depois voltei às Finanças, com o documento solicitado. Tirei a senha B, fui até à mesa 1 e constatei que não só estava encerrada, como havia mais de uma centena de pessoas à espera para entregar o IRS, todas com gravíssimos sintomas de “síndrome da senha”. Olhei para o ecrã que deveria dar a indicação do tempo médio de espera, mas não funcionava. Desisti.

Em casa, enviei um *email* para todas os contactos que pareciam pertinentes no Portal das Finanças. E funcionou: responderam-me logo, bastava enviar a nova morada pela mesma via.

A coisa resolveu-se, mas foi preciso um dia de irritação com a Internet, um telefonema contraproducente, duas idas às Finanças, um papel que teve de viajar 2000 quilómetros e uma dezena de *emails*. Este é o problema número um da burocracia: gasta muita energia.

Diagnósticos tardios de infecção por VIH/sida estão a diminuir

Saúde
Catarina Gomes

Em 2012, Portugal era o terceiro país europeu com maior taxa de novos casos de sida, a seguir à Estónia e à Letónia

Os números ainda não são definitivos, mas já permitem estimar que o diagnóstico tardio da infecção por VIH/sida terá diminuído cerca de dez por cento entre 2012 e 2013.

Ou seja, o diagnóstico em fase sida (o estado mais avançado da doença) representava cerca de 20% no ano passado, referiu ao PÚBLICO o director do Programa Nacional para a Infecção VIH/sida, António Diniz, quando em 2012 era de 31,8%. Quanto ao número de novos casos de infecção no seu todo, parece confirmar-se uma tendência de descida. A médica Maria José Campos considera que é demasiado cedo no ano para “bater palmas”.

De acordo com os últimos dados disponíveis (de 2013), houve 1087 notificações de novos casos de infecção por VIH/sida, uma diminuição de 448 casos face ao ano anterior, em que tinham sido 1535, refere António Diniz. Outra boa notícia é precisamente a descida da proporção dos casos de sida, que passaram a ser cerca de um quinto das notificações, diz. De acordo com os dados oficiais, em 2012 esta proporção era de quase um terço. Quando a detecção da infecção já é feita em fase sida, isso significa que são pessoas com pelo menos uma doença associada, indiciadora de um sistema imunitário deprimido e sinal de diagnóstico tardio.

Ministro satisfeito

António Diniz explica que todos estes novos números parecem reforçar a tendência de descida dos últimos anos. Mas, “apesar de haver progressos, há ainda um caminho a percorrer para alcançar outros países europeus”, nomeadamente na aposta ao nível da prevenção, sendo considerados prioritários os programas de distribuição de preservativos e de troca de seringas. Este último, soube-se esta semana, atingiu o seu mínimo histórico desde que a troca deixou de ser feita pelas farmácias.

O ministro da Saúde, Paulo Macedo, disse ontem que os dados de 2013 são dos “melhores números já



O Check Point diagnosticou 250 novos casos da doença desde 2011

registados”, tendo admitido porém à agência noticiosa Lusa que a prevalência da doença “ainda é elevada, em termos europeus”. Face aos dados de 2012, Portugal era o terceiro país europeu com maior taxa de novos casos de sida, segundo o relatório do Centro Europeu para a Prevenção e Controlo das Doenças e a Organização Mundial de Saúde da Região Europeia. Tinha 2,4 novos casos por 100 mil habitantes, a seguir à Letónia (6,8 por 100 mil

registados”, tendo admitido porém à agência noticiosa Lusa que a prevalência da doença “ainda é elevada, em termos europeus”. Face aos dados de 2012, Portugal era o terceiro país europeu com maior taxa de novos casos de sida, segundo o relatório do Centro Europeu para a Prevenção e Controlo das Doenças e a Organização Mundial de Saúde da Região Europeia. Tinha 2,4 novos casos por 100 mil habitantes, a seguir à Letónia (6,8 por 100 mil

Optimismo moderado

Quanto aos números da infecção por VIH no seu todo, a médica diz que “é demagógico” estar a falar da diminuição de novos casos em Março quando se sabe que há atraso na notificação e subnotificação. “Nós, médicos, podemos estar a notificar casos de há cinco, seis anos. Não se pode bater palmas em Março. Temos que ser rigorosos. Os dados só estão consolidados depois de algum tempo”, salienta, explicando que “as notificações não se fazem em tempo real”.

A médica, que é também consultora científica do Check Point LX, o primeiro centro do país de detecção rápida do VIH para homens que têm sexo com homens, em Lisboa, diz que desde que abriram, em Abril de 2011, tiveram 250 novos casos diagnosticados. Mas o que lhes acontece depois? Será que têm médico de família e foram referenciados para um hospital? Quanto tempo demoraram a ter consulta hospitalar? Maria José Campos não sabe quanto tempo demorará até que estas pessoas passem a fazer parte dos números oficiais, razão que a impede de ser “tão optimista”, numa altura em que as notificações relativas a 2013 continuam a chegar.

2,4

novos casos por cada mil habitantes era a taxa de novas infecções de sida em Portugal em 2012

1087

é o número de notificações de novos casos registado em 2013, o que significa menos 448 que no ano anterior — mas as notificações relativas ao ano passado continuam a chegar

habitantes) e à Estónia (2,7). Face aos números de 2013, ainda não é possível dizer que melhorámos em termos comparativos, uma vez que os dados dos outros países ainda não estão fechados, explica António Diniz.

Ao nível da sida, Maria José Campos, que é membro do Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/sida, diz que houve claramente melhorias na diminui-